

## Rivania Selma de Campos Ferreira

---

**De:** Maxiley dos Reis Alves Rocha  
**Enviado em:** quinta-feira, 8 de setembro de 2022 14:25  
**Para:** Rivania Selma de Campos Ferreira  
**Assunto:** ENC: SINDSEP-MG  
**Anexos:** Senador RODRIGO PACHECO.pdf

---

**De:** Sen. Rodrigo Pacheco  
**Enviada em:** quinta-feira, 8 de setembro de 2022 11:17  
**Para:** Maxiley dos Reis Alves Rocha <maxiley@senado.leg.br>  
**Assunto:** ENC: SINDSEP-MG

---

**De:** Soraia Lopes [<mailto:soraia@sindsepmg.org.br>]  
**Enviada em:** terça-feira, 6 de setembro de 2022 15:35  
**Para:** Sen. Rodrigo Pacheco <[sen.rodrigopacheco@senado.leg.br](mailto:sen.rodrigopacheco@senado.leg.br)>  
**Assunto:** SINDSEP-MG

Você não costuma receber emails de [soraia@sindsepmg.org.br](mailto:soraia@sindsepmg.org.br). [Saiba por que isso é importante](#)

**Soraia Lopes**  
**Assessor IV/Secretária da Direção Colegiada**  
**(31)9.93475799/(31)32701128**  
**E-mail:** [soraia@sindsepmg.org.br](mailto:soraia@sindsepmg.org.br)  
Rua Curitiba, nº 689 - 12º andar/Centro  
Belo Horizonte-MG CEP 30.170-120





**OF/SINDSEP-MG - Nº 259**

Belo Horizonte, 06 de setembro de 2022.

**Ao Senador RODRIGO OTÁVIO SOARES PACHECO**, Partido Social Democrático-PSD/Republicanos,

Exmo. Senador,

O **Sindicato dos Trabalhadores Ativos, Aposentados e Pensionistas do Serviço Público Federal no Estado de Minas Gerais – SINDSEP-MG**, vem enquanto representante legal dos empregados públicos lotados na Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH/MG, expor e ao final requerer:

O ministro do STF (Supremo Tribunal Federal) Roberto Barroso suspendeu, neste domingo (04/09/2022), por meio de liminar, o piso salarial da enfermagem (**piso de R\$ 4.750 mil para enfermeiros - esse valor é a referência para o pagamento mínimo para técnicos de enfermagem (70%), auxiliares de enfermagem e parteiros (50%)**), que entrou em vigor em 5 de agosto deste ano. O ministro atendeu um pedido de liminar de uma ação movida pela Confederação Nacional de Saúde, Hospitais e Estabelecimentos e Serviços (CNSaúde), que argumenta temer pelos impactos financeiros, risco de demissões e consequentemente uma piora na dos serviços de saúde (em hospitais públicos vinculados ao Sistema Único de Saúde (SUS) e Santas Casas de Misericórdia) com a implantação do piso de enfermagem.



Cabe ressaltar que para os integrantes da Frente Mista em defesa do Serviço Público, a nova lei sancionada não é inconstitucional, se tratando de “manobra inconformista da Confederação”. Por meio de um Amicus Curiae, a Frente pede que o STF considere a validação da lei, sendo obrigatório a todo cidadão brasileiro o cumprimento das leis constitucionais, na forma em que se encontram.

O SINDSEP-MG entende que a Lei Federal nº 14.434, vem coibir a superexploração dos trabalhadores de enfermagem, e que a decisão de Barroso é "monocrática"; por isso, se discute com a categoria a possibilidade de uma paralisação geral diante do desrespeito para com esses trabalhadores da saúde que na pandemia tiveram papel fundamental no enfrentamento à covid-19.

Diante do exposto o SINDSEP-MG vem reivindicar junto ao Exmo. Senador “APOIO” em prol da manutenção do Projeto de Lei nº 14.434, que versa sobre o PISO SALARIAL para os profissionais: enfermeiros, técnico de enfermagem, auxiliar de enfermagem e parteira.

Atenciosamente,

**Jussara Griffo**  
**(Diretora da Secretaria de Coordenação Política e Empresas Públicas/SINDSEP-MG).**